

**INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO – IDP
ESCOLA DE DIREITO DE BRASÍLIA – EDB
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, MARKETING E
MÍDIAS NO SETOR PÚBLICO**

MICHELLE BOUSON

Imparcialidade no jornalismo

Trabalho apresentado como requisito à obtenção da aprovação na pós-graduação em Comunicação, Marketing e Mídias no Setor Público da Escola de Direito de Brasília – EDB/IDP.

**GOIÂNIA – GO
MAIO 2017**

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre a importância da imparcialidade no jornalismo e até que ponto se consegue produzir um material considerado isento, ainda que não seja numa totalidade, mas que garanta ao produto final, credibilidade. A neutralidade é vista como algo essencial na produção da notícia, mas sem dúvida, estamos num momento social em que a notícia tem que ser produzida de forma veloz, há vários recursos tecnológicos para se apurar os fatos e ainda é necessária a ampliação da pluralidade. Tudo isso pode provocar interferências indesejadas ao produto final do redator: a matéria. Mas afinal, a imparcialidade seria um ponto de vista universal? O que se pode afirmar é que ouvir os dois lados da história ainda é uma premissa no jornalismo e que, apesar desta avalanche de conteúdo produzido e veiculado por não-jornalistas no meio virtual, o papel do profissional ainda é importante. Isto porque, hoje é cobrado do jornalista que este seja um profissional “multimídia” e que tenha também a capacidade de trabalhar de forma veloz as informações, de modo a preparar uma notícia que seja clara, atraente e satisfatória. A imparcialidade deve ser desejada não como um fim, mas como um meio para se obter um produto de qualidade e com credibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Imparcialidade, Jornalismo, Agenda Setting, Notícias, Objetividade.

ABSTRACT

This article proposes a reflection on the importance of fairness in journalism and to what extent can produce the material considered exempt, even if it is not all but ensuring final product credibility. The neutrality is seen as essential in the production of the news but without doubt we are at the moment in which the news has to be produced so fast, there are several technological resources to ascertain the facts and is still required the expansion of plurality. This can cause unwanted interference to the final product of the story editor: the matter. But after, did all the impartiality would be a universal point of view? What can be said is to hear both sides of the story is a premise in journalism and that despite the avalanche of content produced and broadcasted by not journalists, the professional's role is still important. This is because today's charged the journalist is a professional multimedia and that also has the ability to work so fast information in order to prepare a news story that is clearly attractive and satisfying. Impartiality must be desired not like anyway but as means to obtain a product of quality and credibility.

KEYWORDS: Impartiality, Journalism, Agenda Setting, News, Objectivity.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem a intenção de fazer uma reflexão sobre diversas formas de influência que uma matéria jornalística recebe desde o início de sua concepção. Apesar de o meio acadêmico insistir na imparcialidade do relato dos fatos como uma premissa, na prática isto não ocorre verdadeiramente, e não é por falta de vontade de quem escreve, mas porque as influências já estão inerentes a todo processo de captura de informações e, inclusive, já podem ser identificadas na bagagem cultural do jornalista, que fará diferença na forma de abordar os acontecimentos.

Pretendo apontar neste artigo abordagens teóricas e hipóteses que reflitam sobre a questão da imparcialidade no jornalismo. É preciso mostrar que há mais de um lado a ser considerado na construção do jornalismo. Até que ponto se pode esperar por um jornalismo isento? Isso é possível? De fato, acredito que não!

A parcialidade acaba fazendo parte do processo de produção da notícia, já que esta depende das fontes, tem influência do meio onde acontece e também da bagagem sociocultural de quem vai redigi-la. Sempre há interferências no trato das notícias. Podem ser em maior ou menor intensidade.

Ainda vale analisar até que ponto a noção de imparcialidade preconizada no jornalismo é interessante diante da possibilidade, e até necessidade, de se ampliar a pluralidade. As divisões sociais que existem, inicialmente dão respaldo a uma certa linha de pensamento quase aceita como padrão. Mas é preciso sempre ressaltar que todo discurso tem influência de valores sociais e segue critérios vigentes.

A imparcialidade seria um ponto de vista universal? É complicado responder a esta pergunta. Mas aqui farei uma análise de algumas possibilidades acerca desse pensamento que, para a maior parte dos consumidores de notícias (público alvo das matérias jornalísticas) é fundamental e decisivo para a elaboração de uma “notícia de valor”, aquela que traz credibilidade.

O método de pesquisa utilizado se baseia na revisão de literatura sobre a relevância da imparcialidade no jornalismo. Algumas obras de autores como, por exemplo, Nelson Traquina, e artigos já publicados sobre o assunto servem de suporte para a análise da forma como a produção jornalística se dá e o que seria considerado apropriado para garantir uma maior credibilidade no mercado.

Num primeiro momento é abordada a questão da objetividade ao se relatar um acontecimento. De que forma isso se dá e os fatores que podem interferir na isenção da matéria.

Em seguida é citada a teoria do espelho, de meados do século XIX, que originalmente coloca a matéria jornalística como algo que reflita a realidade, sendo contraposta posteriormente nos anos 70, pela mudança de conceito de imparcialidade, que passa a admitir que ouvir mais fontes sobre um mesmo fato, cortar adjetivações e usar aspas, garantem a esperada isenção da notícia.

A pesquisa parte, então, para a questão da credibilidade, onde se observa que há brechas. Por exemplo, a sociedade aceita um material de certa forma parcial, se a linha editorial do veículo for colocada de forma explícita, como o caso da Revista

Veja, que se caracteriza como alinhada à classe média conservadora, que é o público que compra a revista, amplamente lida no país.

Entra em análise então a interferência da Agenda Setting na seleção de conteúdos a serem abordados e na importância ou destaque que devem ter. A partir daí algumas teorias do jornalismo, segundo Nelson Traquina, são colocadas de forma a reforçar a complexidade da isenção e os fatores que vem interferir na imparcialidade.

E para encerrar a pesquisa, aborda-se a questão da posição de referência que o jornalista ainda tem, mesmo com esta avalanche de “escritores amadores” que produzem conteúdos sem respaldo de credibilidade na internet.

1. IMPARCIALIDADE NO JORNALISMO

A imparcialidade é uma realidade no Jornalismo ou é, de fato, a mais séria orientação a se cumprir ao relatar um acontecimento? Se a imparcialidade traz credibilidade, é necessário trabalhar com foco em alcançá-la, mesmo sabendo que isso possa ser possível até um determinado ponto, mas não na sua totalidade.

Este artigo busca em algumas teorias do jornalismo, explicações para a não obtenção de um produto imparcial, ainda que este seja almejado por quem redige a matéria. Apesar de haver uma quase unanimidade entre diversos autores como Gaye Tuchman (1993), Kovach & Rosenstiel (2003), John Rawls (1997), Walter Lippmann (1997), Clóvis de Barros Filho (2008) entre outros, sobre a importância de se realizar um jornalismo que seja isento de interferências do autor, que venham a direcionar a leitura dos fatos, também é quase unânime, entre os que trabalham com comunicação, que isso não acontece, já que a subjetividade de quem escreve está presente, inclusive, na forma de ver um acontecimento para relatá-lo. Isso quer dizer que mesmo quem escreve a notícia não queira de modo algum interferir no produto, ainda assim, isso acontece automaticamente em maior ou menor incidência.

Desde quando se começa um curso acadêmico na área do jornalismo, aprende-se que a imparcialidade é uma premissa para uma matéria de qualidade e credibilidade. Porém, quando se chega ao mercado de trabalho, o que se percebe é que isso não acontece da forma tão simples quanto foi vista na faculdade. Os profissionais trabalham para empresas que tem linhas editoriais e que direcionam, sim, o que será feito, como será feito, que nível de importância se dará para determinado assunto ou fato. Isso vai depender de diversos interesses alheios à

vontade de quem redige a matéria. Nesta relação, Gaye Tuchman (1993) defende que a “objetividade jornalística é um ritual estratégico”. Mas, por outro lado, é possível tentar fazer um material que venha a ter credibilidade no mercado mesmo com essa limitação, já que as próprias teorias do jornalismo justificam que não há como ser totalmente isento em qualquer material, mesmo com a tentativa deste objetivo presente na teoria do espelho, que como o próprio nome diz, deve espelhar a realidade que será contada. O que se pode fazer é fornecer o máximo de informação possível, com fontes, testemunhas, os dois lados do acontecimento e ser, principalmente, honesto com o que se vai publicar. Isto sem esquecer que “o mundo real depende dos nossos valores e vice-versa” (SILVA, 2006 *apud* ROSSI E RAMIRES, 2013, p. 80).

Com este trabalho, espera-se que fique claro que vale a pena se dedicar a entender como acontece a produção da notícia pelo viés da tentativa da imparcialidade, mesmo que o produto final venha a ter algum tipo de inclinação não intencional, ou devido à linha editorial que se tenha que seguir, ou pelo fato da bagagem cultural do jornalista provocar determinada visão dos fatos. Porque só levando a sério esta coleta de informações e reprodução fiel dos fatos, é que os jornalistas poderão continuar se garantindo no mercado de trabalho e no mundo da internet, onde a credibilidade ainda faz a diferença para quem busca qualidade de informação.

2. ESPELHANDO FATOS?

Quem narra interfere no que é narrado, inclusive, a escolha da forma de abordar o assunto depende, em grande parte, de quem vai contar os fatos. Depois de o jornalismo ter sido conceituado pela teoria do espelho, que surgiu nos Estados Unidos em meados do séc. XIX, onde o relato dos fatos deve ser o espelho da realidade, houve o começo de uma cobrança mais direcionada por determinada forma de contar os acontecimentos. Essa teoria inspira-se no Positivismo do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857). Nela há a crença e defesa da ideia de objetividade no jornalismo. Essa corrente enxerga o jornalista como um comunicador desinteressado, e que conta a verdade sempre, "doa a quem doer". Gaye Tuchman, em 1972, traz o conceito do que seria um ritual para a objetividade jornalística: adotar a prática de ouvir mais versões sobre um mesmo fato, ou seja, os dois lados da notícia, com ausência de objetivações e uso de aspas. Mas há também que se

diferenciar as categorias: jornalismo factual e opinativo. Pois para o opinativo, além de permitida a interferência do autor, esta se faz necessária, ao contrário do factual, onde o ideal é ater-se ao relato dos fatos.

A teoria do espelho é bastante discutida no meio jornalístico pelo fato de defender a ausência de fatores externos na construção da notícia, de forma que as informações sejam relatadas como uma descrição simples dos fatos; principalmente quando confrontamos a questão da objetividade almejada com a realmente alcançada. Afinal de contas, é necessário compreender o que se passa para poder escrever sobre tal acontecimento. Mas também é preciso tentar não interferir, de forma a não imprimir traços pessoais na produção de uma notícia, a ponto de prejudicar a compreensão dos fatos da forma como são.

Em seu estudo sobre o jornalismo e a credibilidade encarados pelo leitor, Silvia Lisboa assim considera a isenção e a neutralidade em relação ao jornalismo:

“Manter-se isento e neutro é considerado pré-condição para cumprir sua função social de informar, que envolve requisitos como descrição correta dos fatos, exatidão, pluralidade de visões, confirmação de dados, justeza de julgamento, entre outros” (LISBOA, 2012, p. 67).

Vale refletir então, que se as notícias ajudam a construir a própria realidade, isso já inviabiliza um simples reflexo do que é real. Deste modo, Pena (2006 *apud* Coelho, 2010) adverte que é preciso ter cuidado com os reflexos da realidade, já que o que o jornalista vê pode ser uma ilusão de ótica e não adianta limpar o espelho.

3. OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA

A fidelidade aos fatos deve ser o ponto de partida de um jornalismo de qualidade. Mas aí vem um questionamento: É possível anular o jornalista diante daquilo que ele escreve? A resposta segundo alguns autores é: não! Para Miguel e Biroli (2010), não é possível anular o jornalista diante daquilo que ele produz. Suas experiências, condição social e conhecimentos tem interferência naquilo que redige. Neste universo da busca pela imparcialidade é importante saber diferenciar seriedade de objetividade, pois são coisas diferentes. De acordo com o jornalista Mino Carta: "Jornalismo é uma coisa séria, tem que ser praticado com seriedade. E seriedade não quer dizer objetividade, e sim honestidade. Ser honesto significa, antes de mais nada, respeitar a verdade factual com devoção canina" (ABREU,

LATTMAN-WELTMAN e ROCHA, 2003 *apud* BIROLI e MIGUEL, 2012, p. 24). Pode-se ser honesto e fiel a um acontecimento de forma mais elaborada.

Não é de hoje que se discute objetividade jornalística e isso está longe de ter um fim. A discussão diz que desde o “estilo panfletário dos jornais do final do séc. XIX, o jornalismo passou a amparar-se em fatos e a recorrer a dispositivos para “objetivar” o discurso, como por exemplo, o uso de aspas e a responsabilização de fontes, pelas citações” (OLIVEIRA, 2003 *apud* BRIXIUS, 2006, p.17). Coloco aqui algumas linhas de pensamento de autores que discutem sobre esse posicionamento (objetividade). Barros Filho (2008, p. 18) aponta que “a objetividade, se isso significa repetir fielmente as palavras ditas por uma fonte informativa, costuma deixar os leitores deficientemente informados quanto à significação dos acontecimentos”. Isso leva em consideração o fato de que as fontes também, por vezes, estão a par de uma parte da notícia a ser transmitida, e a contextualização de determinado fato, fica por conta do trabalho do profissional da imprensa.

Amaral (1996) também reforça esse pensamento. Para ele há um fator que provoca conflito na hora de se relatar a notícia: a proximidade (ou distância) de quem vai redigir a notícia do fato a ser contado. Para o autor (1996, p.62), a “obediência cega à objetividade torna os repórteres simples moços de recados”. Mas afinal, é possível ser totalmente objetivo e se despir de toda bagagem sociocultural que se carrega ao relatar um fato?

De acordo com López (1994, p. 20) “aos informadores cabia refletir objetivamente os fatos, de forma linear, sem interpretações, adjetivações e valorações. Não podiam emitir juízos de valor nem opinar: essas eram prerrogativas dos editorialistas”. Profissionais da imprensa da época chegaram a relatar a forma como trabalhavam. Lincoln Steffens, do New York Evening Post, disse em 1890 que “os repórteres tinham de se informar sobre a notícia que ocorria, fazendo-o como máquinas sem preconceitos, cor ou estilo. O humor ou qualquer traço de personalidade em nossos artigos era detectado, refutado e suprimido” (STEFFENS, 1890 *apud* BARROS FILHO, 2008, p. 15).

É interessante lembrar que a TV surgiu numa fase crítica da objetividade. O meio de comunicação pedia celeridade, síntese e rapidamente ganhou espaço e tinha um *status* privilegiado como fonte de informação. Os manuais de introdução ao jornalismo passaram então a defender a objetividade como um imperativo de procedimento na produção midiática. O consumidor da mídia esperava do jornalista

o fato. Mas, para Emil Dovifat (1964 *apud* BARROS FILHO, 2008, p. 21) a notícia “é uma comunicação controlada e dirigida”. Segundo Dovifat, um jornal puramente objetivo seria inviável, pois não seria lido por ninguém. Da forma como é feito, ele é objetivamente verdadeiro, mas subjetivamente verossímil e isto não implica em um produto ruim ou falso, mas trata-se de um meio de informação que busca fazer o seu papel da melhor forma possível dentro da realidade em que está inserido, já que a “objetividade informativa” já era vista por Dovifat como algo tendencial.

Bahia (1990, p.13) que defende a objetividade como prática, admite que a formação cultural do jornalista e a interpretação, que separa a notícia apurada na fonte de opinião, são fatores que concorrem para que a objetividade não se realize. Ele considera que ela é um ideal, porém impossível. Mas isto não quer dizer que os profissionais que trabalham com a notícia não devam buscar alcançar este alvo.

Para Goodwin (1993), ainda que a palavra objetividade tenha entrado em discussão, o conceito de que as notícias devem ser imparciais, equilibradas e honestas, permanece aceito no jornalismo. A autora acredita que “uma das razões pelas quais a objetividade na reportagem entrou numa fase de problemas foi a maneira como passou a ser interpretada e administrada por muitos chefes de redação, particularmente aqueles que dirigem as grandes agências noticiosas” (1993, p.24-25). Goodwin entende que se o jornalista não pode dizer aquilo que vê ao cobrir um acontecimento, a menos que tenha como citar alguém como fonte de informação, ele está limitado no exercício de sua função, que seria a de informar de forma justa e honesta, e pode produzir uma notícia “quase ignorante”. Afinal, neste cenário mundial, é preciso jornalistas que se educam nos assuntos sobre os quais escrevem e que tenham capacidade de interpretação de acordo com seu ponto de vista, de modo que o público possa tirar algum sentido dessas complexidades. Segundo a autora, jornalismo não é feito com “observadores neutros”.

A objetividade também é vista como uma forma de “proteção” ao jornalista no desempenho de sua função. Tuchman (1993) lista algumas estratégias mobilizadas por eles com a finalidade de mostrar que diferenciam aquilo que pensam daquilo que relatam em seu produto: a reportagem.

Os jornalistas apresentam diferentes versões de uma mesma situação, mostram provas suplementares para dar fundamento ao fato, utilizam aspas para esclarecer que não estão dando sua opinião sobre o assunto, mas sim, a da fonte, do entrevistado. É feito ainda no texto uma ordenação dos fatos sob a seguinte

perspectiva: primeiro os mais importantes. E utiliza-se a separação cuidadosa dos fatos das opiniões através do rótulo de “informação opinativa”.

"Daria a impressão de que os procedimentos noticiosos exemplificados como atributos formais das notícias e jornais são, efetivamente, estratégias através das quais os jornalistas se protegem dos críticos e reivindicam, de forma profissional, a objetividade, especialmente porque a sua experiência profissional não é suficientemente respeitada por leitores e pode até ser alvo de críticas" (TUCHMAN, 1993, p. 89, grifo do autor).

A adesão ao ideal da objetividade não garante, portanto, que haja uma impermeabilidade às críticas aos limites desse ideal. Mas a partir do momento em que se assimila a crítica, ainda continua sendo fundamental, para o dito “bom jornalismo”, a separação entre opinião e fato. “O jornalismo pode não sustentar mais que aquilo que ele apresenta a seu público é a realidade - mas garante que, ao menos, é realidade” (MIGUEL E BIROLI, 2012, p. 25).

4. CREDIBILIDADE

A original forma de se avaliar a credibilidade continua valendo: toma-se por base a fonte de informação. A análise recai sobre sua reputação e autoridade no assunto abordado num dado texto. Quando se investiga reputação e autoridade de uma fonte, avalia-se a amplitude e o motivo de sua credibilidade e vale ressaltar que essa avaliação ocorre de forma individual e coletiva, já que é vinculada a fatores sociais, culturais e econômicos.

Mas não se tem na literatura uma unanimidade sobre a definição de credibilidade. Alguns autores colocam a credibilidade como algo que parte do receptor da notícia e não do comunicador. É entendida como algo que alguém atribui a pessoas, instituições e seus produtos de comunicação.

Por outro viés, a intenção do comunicador assume o ponto central. Deste modo quando um comunicador transmite uma informação que ele acredita que seja correta e não tem a intenção de enganar o receptor ou direcioná-lo.

Um fenômeno que também acontece às vezes, é que quando o jornalismo de uma empresa é reconhecido por ser imparcial e objetivo, este ganha uma credibilidade que desvia o foco sobre os critérios por trás dos temas abordados e

sua relevância. Um exemplo disso é percebido na Revista Veja¹, que apesar de notória sua inclinação editorial, ou posicionamento sobre os fatos que divulga, ainda assim, se mantém como uma das revistas mais lidas e de maior credibilidade no Brasil, mesmo atualmente utilizando a brecha da idoneidade já conquistada, para inserir alguns conteúdos, de certa forma parciais, em seu produto final.

Observe então, que os julgamentos podem fazer parte do jornalismo considerado de boa qualidade, desde que tais julgamentos sejam utilizados no sentido de resguardar valores sociais, tendo em vista que cada sociedade tem uma gama de valores que a difere de outras.

5. INTERFERINDO NA NOTÍCIA

Quanto aos critérios de noticiabilidade, de acordo com Nelson Traquina (2000), estes vão desde a primeira seleção da notícia, verificando seu valor/importância, passam pelo tratamento aos fatos escolhidos (valor notícia, valores colocados, formato do produto) e devem levar em consideração o interesse público. O Agenda Setting já é, sem dúvida, uma das primeiras interferências que uma matéria jornalística recebe. Nesta teoria do Agendamento, da década de 1970, os pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw desenvolveram a tese de que é a mídia quem determina que assuntos farão parte das conversas dos consumidores de notícias.

Imparcialidade é sinônimo de isenção, e é isto que garante ao jornalista o valor do seu trabalho. Mas não é possível a qualquer pessoa despir-se totalmente do seu ponto de vista. Pode-se até buscar os diversos ângulos dos acontecimentos como recomenda, por exemplo, o Grupo Globo, em seus princípios editoriais², mas ainda assim, a forma de relatar o fato vai depender da leitura do jornalista sobre o assunto, inclusive a ordem de importância. Vale ressaltar que no processo de produção da notícia, existem vários tipos de interferências como: autocensura dos próprios jornalistas, do editor, do proprietário e das fontes. Todos eles pautados por normas específicas de acordo com sua posição no processo.

¹ Em 2008, de acordo com o livro “Os 10 mais”, apesar da redução do consumo de revistas semanais, a Veja ainda é a mais vendida no Brasil com média de 1.098.642 exemplares por semana, seguida pela revista Época com 417.798 e pela IstoÉ com 344.273 exemplares vendidos.

² G1. Princípios Editoriais do Grupo Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>>. Acesso em: 25/04/2017.

Para John Rawls (1997), filósofo estadunidense, a imparcialidade entendida como ausência de posição social é um requisito para a construção de um entendimento válido de justiça. Desta forma parece mais razoável a premissa da imparcialidade aplicada.

6. TEORIAS SOBRE A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA

A teoria da ação pessoal ou a teoria do gatekeeper trouxe o conceito de que o fluxo de notícias deve passar por diversos “gates” (portões) até ser publicada.

Na literatura acadêmica, a primeira teoria que surgiu foi a *teoria do gatekeeper*. Nos anos 50, White aplicou, pela primeira vez, o conceito ao jornalismo. O termo *gatekeeper* refere-se à pessoa que toma uma decisão numa seqüência de decisões (VIZEU, 2003, n.p., grifos do autor).

Nesta teoria as notícias são resultado de uma seleção de acontecimentos tomando por base as opções particulares de cada jornalista. É ele quem decide o que é noticiável e filtra a notícia de acordo com critérios editoriais.

Mas não demorou para que outras visões se contrapusessem à Teoria do Gatekeeper. Na mesma década, o sociólogo norte-americano Warren Breed (1993) lança a Teoria Organizacional. Esta teoria também mostra que a isenção não é algo real, já que ela coloca que as notícias são o resultado das condicionantes organizacionais em que são fabricadas, ou seja, elas têm interferência direta da empresa onde será veiculada, dos conhecimentos do jornalista, dos recursos humanos e financeiros disponíveis para a captura dos acontecimentos e também da política editorial. Aqui o jornalismo é encarado como um negócio que está organizado de modo empresarial e então, visa o lucro. As normas editoriais ganham mais importância que as crenças de cada indivíduo. A principal fonte de expectativas, direcionamento e valores profissionais do jornalista deixa de ser o público e passa a ser o grupo de referências formado por seus colegas e “chefes”.

Há influências ideológicas, das rotinas produtivas, do meio externo às organizações que produzem a notícia e não há como isolar esses fatores, de modo que qualquer relato de fatos tem interferência e não pode ser considerado totalmente imparcial. A sociedade em geral depende dos meios de comunicação para se manter informada e para poder se orientar diante das situações do cotidiano. E a credibilidade no que é informado faz toda a diferença na aceitação do produto que é oferecido pelo jornalista: seu texto.

7. POSIÇÃO DE REFERÊNCIA DO JORNALISTA

Vale observar que hoje a gama de opções para se adquirir informações é cada vez maior devido ao uso da internet e das redes sociais. E isto não é sinônimo de material confiável e de qualidade, já que no meio virtual “todos” podem se passar por elaboradores de conteúdo, sejam factuais ou produzidos. Isso é algo a ser considerado. É possível que isto venha a levar, num futuro próximo, a figura do jornalista a uma posição de “substituível”, mas hoje, ainda lhe é garantida uma credibilidade diferenciada como fonte segura, mesmo nesse conflito que envolve a isenção da notícia.

A internet está criando novas formas de jornalismo e de jornalistas. Diante desta nova realidade profissional, as competências exigidas deste profissional, também sofrem mudanças. Essas mudanças já começam na formação dos novos profissionais do ramo. Segundo Zamora (2001), a verdadeira especialidade dos jornalistas será conseguir atuar nos “multimeios”, de forma que tenha capacidade de selecionar e interpretar conteúdos com criatividade suficiente para colocar de forma agradável (interessante) tal informação.

É claro que a internet tem um potencial de reestruturar os fundamentos do jornalismo, da mesma forma que a TV mudou as regras da profissão. Daí pode se fazer uma pergunta: será o fim do jornalista?

Há um grupo de autores que não fica indiferente às transformações que ocorrem na função do jornalista, mas sem apontar um dos dois extremos - o fim ou a continuação. Nesta linha de pensamento, Pinto e Sousa (1998, p. 9) atentam ao fato de que “o jornalista perdeu o monopólio do jogo informativo. A sua função de filtro de informação ficou agora condicionada pela entrada em cena de mecanismos de divulgação comunicativa ao acesso de todos”. Apesar disso, os mesmos autores sugerem a reconquista da função do gatekeeper por parte do jornalista, com as indispensáveis adaptações ao ambiente da Internet:

[...] essa poderá ser uma das funções futuras dos jornalistas: filtrar a informação na Net. Os seus órgãos de comunicação social poderiam ser as portas de entrada na Internet para quem está interessado em informação credível e útil (PINTO E SOUSA, 1998, p. 11).

E ainda sugerem: “As empresas jornalísticas, além de disponibilizarem conteúdos, teriam de ofertar motores de busca onde os links apontados fossem

apenas aqueles que contivessem informação efectivamente credível e útil” (PINTO E SOUSA, 1998, p. 11).

Se for levado em conta que hoje as pessoas têm pouco tempo para ficar interpretando informações, e que há uma sobrecarga informativa, é possível analisar que serão necessários mecanismos de filtragem que garantam segurança.

Neste sentido, Lizy Zamora (2001) assegura:

O trabalho do jornalista será muito importante nesta nova era. Será o responsável por hierarquizar, organizar e apresentar a informação que interesse a cada pessoa segundo as suas necessidades (ZAMORA, 2001, n.p.).

Agora é perceptível que a questão da isenção da notícia ganha uma nova perspectiva, já que hoje muitos cidadãos se consideram “repórter”, as informações surgem de infindáveis fontes, numa velocidade quase incontrolável e, na maioria das vezes, sem nenhum tipo de checagem que garanta veracidade ao que está sendo divulgado. A todo momento mentiras viram verdades e verdades passam a ser blefes no território da internet. Nesta era da comunicação digital, a reputação de um profissional pode, sim, fazer a diferença.

A notícia em tempo real virou uma obrigação e Franciscato (2003) observa os problemas que essa velocidade do fluxo de informação pode trazer para o jornalismo praticado no país. Para ele:

O jornalismo que opera em uma dimensão de tempo real se defronta com a possibilidade de romper práticas tradicionais tanto na produção quanto na circulação do seu produto. A experiência de atualidade, ao se aproximar dramaticamente da meta da instantaneidade e utilizar o ‘instante’ como ordenador temático, gera uma tensão entre sua real capacidade de relatar o instante e a secundarização do atendimento a outras tarefas fundamentais do jornalismo, como a apuração rigorosa da informação (FRANCISCATO, 2003, p. 236).

Analisando este pensamento, vem uma indagação: se no ambiente da internet, muitos usuários se sentem repórteres, pode se esperar que os mesmos, enquanto leitores (que também são) ajam como jornalistas e confirmam a veracidade da informação antes de replicá-la na rede?

Talvez seja exatamente este o espaço de diferenciação entre profissionais do ramo e amadores. Quem preza pela notícia de qualidade vai continuar buscando fontes e profissionais que correspondam a esta expectativa. Mas é interessante levar em conta que no ambiente de rede, há até notícias falsas, que são notícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se percebe depois de uma breve análise sobre a questão da imparcialidade no jornalismo é que nada que se relate ou analise pode estar totalmente livre de qualquer tipo de interferência, seja social, cultural, política ou econômica. E esta interferência pode acontecer de forma proposital ou involuntária. Quando se trata de uma atuação proposital e que venha a prejudicar a real compreensão do fato ou circunstância, pode se dizer que o trabalho realizado foi tendencioso e parcial e não é, de modo geral, o que interessa à maioria dos leitores. As pessoas tendem a querer desenvolver seu próprio julgamento e análise sobre o conteúdo lido, apesar de, ao mesmo tempo, demonstrarem com frequência que é mais fácil replicar as informações que consomem, do que se aprofundarem sobre o assunto pelo qual tiveram interesse de ficar a par.

Mas quando a parcialidade vem de forma involuntária, e até sutil, sem perdas ou alterações na compreensão da matéria jornalística, há uma tendência se se achar que está tudo dentro da normalidade.

Sim, a imparcialidade e a objetividade são almejadas, quase sempre, segundo diversos autores, por tornar claras as informações devidamente checadas. Mas até que ponto a objetividade deve ser vista de forma engessada, que não permita que o jornalista trabalhe de forma coerente e séria as informações coletadas, que darão maior peso, confiabilidade e pluralidade à matéria jornalística? Afinal de contas, espera-se mais de um profissional da área, do que apenas um repetidor de informações adquiridas e checadas com as fontes sobre o assunto tratado: espera-se contextualização e amplitude de visão.

A discussão acerca da credibilidade é antiga e, provavelmente, deverá persistir. Voltaire, em Conselhos a um jornalista, em 1737, já ponderou: “Perguntas como se deve agir para que tal jornal agrade nosso século e a posteridade. Responderei com duas palavras: Sê imparcial. Tens ciência e gosto; se além disso fores justo, predigo-te um sucesso duradouro” (VOLTAIRE, 2006 *apud* PEREIRA, 2009, p. 47). Estas orientações sobre como se sair bem no meio jornalístico, ainda são atuais, mesmo com a chegada dos diversos recursos tecnológicos que temos hoje.

A agenda setting tem um papel direcionador e, de fato, acaba selecionando e colocando em pauta aquilo que é interessante para o veículo que vai noticiar um fato ou situação. Geralmente um dos critérios importantes nesta seleção de notícias ou

assuntos, é partir daquilo que trará maior respaldo, audiência e que renda boas discussões no meio social.

Além disso, com a agilidade que a internet trouxe para a veiculação das notícias, tudo pode ser disponibilizado como informação a todo instante. Mas com a avalanche de conteúdos de toda natureza, fica em evidência aquilo que ganha destaque, ou por ser de interesse público, ou por provocar questionamentos, revolta, trazer facilidades ou benefícios para quem consome a notícia.

Ouvir os dois lados da história ainda continua sendo uma premissa na atividade jornalística. As novidades tecnológicas em alguns momentos auxiliam bastante no trabalho da checagem das informações, proporcionando uma ampla visão sobre um determinado assunto, mas, ao mesmo tempo, podem induzir quem redige a matéria ao erro, devido à excessiva cobrança pela agilidade na divulgação daquilo que foi apurado. Vale a lei do “quem deu a notícia primeiro”, mas, também, tem que valer “quem deu melhor a notícia”.

Essa avalanche de “falsos repórteres” que a rede virtual trouxe para o meio social, ainda transita num terreno que não se pode dizer que está devidamente povoado. Tem muita gente produzindo conteúdos distorcidos, mas também tem materiais interessantes. Diante deste cenário, ainda paira um questionamento sobre o futuro dos jornalistas. Apesar do receio que alguns autores explicitam sobre o fim do papel do jornalista, é possível vislumbrar que este talvez não seja um motivo para tamanha descrença no futuro profissão, e sim, um momento para reflexão sobre este novo papel do jornalista, que tem que ser um profissional “multimídia”, bem informado, ágil e com capacidade interpretativa aguçada, para manter sua reputação de “formador de opinião” e informador social com a credibilidade que foi conquistada ao longo de muitos anos. A imparcialidade deve, sim, ser almejada não como um fim, mas como um meio para se obter um produto de qualidade e respeitado.

REFERÊNCIAS

ALZER, Luiz André; CLAUDINO, Mariana. **Os 10 mais**: 250 Rankings que Todo Mundo Deveria Conhecer. São Paulo: Agir, 2008.

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre, RS: Sagra-Luzzato, 1996.

BAHIA, Benedito Juarez. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. Vol. 2, 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. São Paulo: Summus, 2008.

Breed, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1993.

BRIXIUS, Leandro José. **Objetividade jornalística**: um estudo a partir das rotinas de produção das editorias de política de Zero Hora e Correio do Povo. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/Objetividade%20jornalística.pdf>>. Acesso em: 03/04/2017.

CARDOSO, Darlete. **Objetividade Jornalística é (Im)possível?**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão-SC, 2003. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/dissertacoes/resumos/012.htm>>. Acesso: 02/04/2017.

COELHO, Vânia. **Teoria do espelho**: teorias e críticas segundo Felipe Pena. 06 Abr. 2010. Disponível em: <<http://literacomunicq.blogspot.com.br/2010/04/teoria-do-espelho.html>>. Acesso em: 29/04/2017.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo**: bases para sua delimitação teórica. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6056>>. Acesso em: 26/04/2017.

GOODWIN, H. Eugene. **Procura-se ética no jornalismo**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1993.

LISBOA, Sílvia Saraiva de Macedo. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor**: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/54507>>. Acesso em: 28/03/2017.

LÓPEZ, Gabriel Galdón. **Desinformación**: método, aspectos y soluciones. Pamplona: EUNSA, 1994.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. A função do agendamento dos media. In: TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**. Vol.25, n.73, pp.59-76, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69092010000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 07/04/2017.

_____. Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 18, nº 1, p. 22-43, Junho 2012. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641396/8916>>. Acesso em: 25/03/2017.

PEREIRA, Álvaro Dyogo. **O jornalista em Nelson Rodrigues**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Comunicação Social, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facom/files/2014/03/%C3%81lvaro-Dyogo-Pereira_Comunica%C3%A7%C3%A3o-Social-Diurno_2009_2_Monografia_O-jornalista-em-Nelson-Rodrigues.pdf>. Acesso em: 15/04/2017.

PINTO, Ricardo Jorge; SOUSA, Jorge Pedro. **O futuro incerto da Internet: intercomunicar além do comércio e da publicidade**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. 1998. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=81>. Acesso em: 26/04/2017.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROSSI, Michelle; RAMIRES, Mário Marques. A Imparcialidade como Conceito de Qualidade Jornalística. **Revista Comunicação & Mercado/UNIGRAN**, Dourados – MS, vol. 02, n. 04, p. 77-83, jan-jul 2013. Disponível em: <<http://www.unigran.br/mercado/paginas/edicoes/4/artigo7.php>>. Acesso em: 25/03/2017.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, vol. 2, n. 01, p. 95-107, jan-jun 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>>. Acesso em: 07/04/2017.

TEORIA DO JORNALISMO. **Teoria do Espelho**: o jornalismo como espelho da realidade. Disponível em: <teoriadojornalismouniube.blogspot.com/2010/11/teoria-do-espelho.html>. Acesso em: 03/05/2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. São Paulo: Insular, 2012.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1993.

VIZEU, Alfredo. **O JORNALISMO E AS “TEORIAS INTERMEDIÁRIAS”**: Cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso (AD). In: XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, setembro 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP02_vizeu.pdf>. Acesso em: 19/04/2017.

ZAMORA, Lizy Navarro. Los periódicos on line: sus características, sus periodistas y sus lectores. **Sala de Prensa**, Vol. 2, Ano 3, agosto, 2001. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art253.htm>>. Acesso em: 26/04/2017.